
Os discursos desvelados: o ethos discursivo composto nos editoriais da Folha de S. Paulo e Valor Econômico durante junho de 2013¹

Carlos Humberto Ferreira Silva Júnior²

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, São Paulo

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os discursos produzidos nos editoriais da Folha de São Paulo e Valor Econômico durante as manifestações de junho de 2013. Trabalho originado de dissertação tem como proposta a inclusão do conceito de ethos discursivo composto que relativiza tanto a participação das empresas, quanto dos jornalistas, na composição discursiva do jornal. Como material foram utilizados quatro editoriais, dois de cada veículo; já nossa metodologia se baseia na análise de discurso, tendo como referência autores como Maingueneau, Charadeau e Amossy. Os resultados identificados demonstraram que houve diferenciação entre as abordagens dos jornais, validando a compreensão do conceito desenvolvido.

Palavras-chave

Comunicação; Jornalismo; Editoriais; Manifestações 2013; Análise do Discurso.

Introdução

Como nosso objetivo é verificar o discurso da empresa jornalística trabalharemos por meio da comparação entre diferentes gêneros jornalísticos: o editorial, espaço no qual ela possui maior autonomia e influência direta, já que esses textos são aprovados ou reprovados pela direção dos jornais. O editorial é uma opinião do jornal sobre acontecimentos julgados relevantes. Esses textos são escritos por figuras denominadas, editorialistas - jornalistas experientes, que possuem relação direta com a cúpula administrativa do jornal. Se fossemos buscar uma sociação entre o editorialista e a empresa, essa estaria marcada pela sociação pela subordinação do primeiro ao segundo. O outro gênero é o da reportagem, aquele destinado a informar os leitores sobre fatos ocorridos, esse texto pode ser realizado por um ou mais jornalistas, que normalmente

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Comunicação e Professor Bolsista do curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Unesp/Bauru. Diretor de Relações Públicas e Comunicação da ABPCom. Jornalista e Mestre em Comunicação Social. E-mail: carlos.jr@unesp.br

possuem pautas escolhidas pelos respectivos editores responsáveis pelo setor ao qual esse jornalista se destina, ou que os próprios jornalistas acabam por sugerir.

Esse capítulo, portanto, tem como tópicos cada um dos jornais escolhidos para análise, sendo primeiro analisados seus editoriais e posteriormente uma análise das capas, para por fim, realizar-se uma comparação entre os dois. Em ambos os casos buscaremos compreender quais foram os tons utilizados, assim como quais estereótipos cada uma das enunciações utiliza como base de sua enunciação. Faremos ainda uma análise sobre a forma como as cenas de enunciação são construídas em cada um dos textos.

Além das etapas da análise: dos editoriais, das capas e a comparação entre os materiais encontrados em cada um desses materiais empíricos, nosso protocolo busca fazer três leituras diferentes em cada um dos textos. Trata-se de uma análise histórica, outra dos posicionamentos explícitos dos jornais e, por fim, a identificação do tom utilizado em cada enunciação. É por meio desses três momentos que compreenderemos da melhor forma os estereótipos utilizados pelos veículos, assim como se configura a cena de enunciação. As etapas de análise, portanto, serão os seguintes:

- **Análise dos editoriais:** nessa primeira etapa serão considerados os editoriais de cada um dos jornais, sendo que passaram pelos seguintes procedimentos.
 - **Análise dos estereótipos:** busca dos posicionamentos ligados aos estereótipos sociais, por meio dos posicionamentos implícitos que relacionam o discurso a posições sociais e matrizes de pensamento historicamente demarcadas. A pergunta a ser respondida aqui é: Institucionalmente essa fala está ligada a qual posicionamento histórico, de acordo com qual matriz de pensamento?

-
- **Análise dos posicionamentos explícitos:** compreensão de como o posicionamento explícito do jornal age na cenografia da enunciação, direcionando o olhar do leitor para o que ele deseja que seja visto, a pergunta a ser respondida: Esse posicionamento busca qual imagem frente o leitor?
 - **Análise do tom discursivo:** nesse ponto busca-se a forma como o veículo resolveu abordar o assunto, dando essa ou aquela qualidade ao tema tratado. Respondendo: O tom adotado dá qual qualidade ao tema tratado e seus atores?

2.Os discursos da Folha de S.Paulo

O primeiro editorial que iremos analisar se intitula “**Retomar a Paulista**” (Anexo IV), publicado dia 13 de junho, quinta feira, nessa data três grandes manifestações haviam sido realizadas, todas elas voltadas a diminuição da passagem, tendo forte repressão policial e grande articulação e participação do Movimento Passe Livre, a primeira faceta das manifestações.

Devido a linguagem jornalística e sua necessidade de síntese, nos editoriais da Folha de S.Paulo é possível verificarmos os vestígios da cenografia que se deseja apresentar já no parágrafo inicial de cada texto. Começamos com as marcas históricas que marcam o discurso enunciado, nesse caso, a argumentação que inicia a discussão é: “**Avenida vital** de São Paulo se tornou território preferido de protestos abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público” (RETOMAR, p. A2, 2013).

A posição de vitalidade atribuída à Avenida Paulista é nosso primeiro ponto de análise. A avenida, criada no final do século XIX, tem relação, desde sua gênese, com o poder aquisitivo da sociedade paulistana. O alto crescimento populacional, entre o final de 1880 e início de 1900 e a deterioração dos bairros mais populosos de então, como Brás e Bom Retiro, fez com que os espaços vazios localizados nas regiões mais altas da cidade fossem valorizados e ocupados por pessoas de maior renda, já que neles as enchentes e o caos urbano, que assolavam os moradores, não se tornavam problemas “Os terrenos colinosos que possuíam chácaras foram loteados, nascendo assim, Higienópolis e a Paulista para o habitar das camadas mais elitizadas da cidade, longe dos focos de doenças e das aglomerações menos abastadas” (SHIBAKI, 2007, p. 34). Essa

relação se tornou mais complexa até os dias atuais, no qual a Avenida Paulista é tida como um dos maiores centros financeiros do mundo, com diversos empreendimentos comerciais e centros de negócio. Além dos cidadãos que circulam diariamente pela avenida, o que acaba por dar tom a vitalidade citada, diz também sobre a vida do centro financeiro que ela abriga. No texto a avenida é citada em apenas mais uma ocasião, como metáfora, sendo tratada como **“artéria vital da cidade”**, evocando duplamente a ideia de que a Paulista é um dos pontos essenciais para que haja vida na cidade, localizando a região central da cidade como centro da vida paulistana. A alusão ao vaso sanguíneo do corpo humano, como ponto de fluidez da cidade não justificada por sua extensão. A Avenida Paulista, possui apenas 2,8 km, enquanto a maior avenida da cidade, a Avenida Sapopemba, tem um total de 45 km, ou seja, toda a extensão da Avenida Paulista representa menos de 7% do total da maior avenida da cidade.

Como veremos mais adiante, esse pensamento se filia a uma matriz de pensamento positivista, que vê na realidade uma ordem semelhante à de um corpo que funciona, buscando suas anomalias, ou bons funcionamentos.

Essa importância dada à avenida, portanto, possui relações mais profundas do que, sua localização ou pela parcela de responsabilidade que o logradouro possui para a mobilidade da capital, está ligada ao simbolismo arraigado na região e sua representação no imaginário social:

(...) um espaço basicamente criado por um investimento privado, acompanhado de várias melhorias providas pelo poder público, destinado a moradores de altíssimo poder aquisitivo, com uma etapa inicial de predomínio de fazendeiros do café, seguida por outra com imigrantes, que implantaram um conjunto de mansões, marcado pelo ecletismo arquitetônico; vimos também como se configurou no Trianon, um espaço de encontro dessa elite, além de manifestações culturais da mesma, como o curso carnavalesco. A Paulista, dessa forma, não só passou a constituir uma imagem de prestígio e distinção com relação a seus moradores, mas a ser vista como um dos principais "cartões-postais" de São Paulo (FRUGOLI JR., 2000, p.116 apud SHIBAKI, 2007, p. 36).

Outro posicionamento institucional que podemos identificar nesse texto está ligado à maneira com que o jornal apresenta os direitos à manifestação e o de ir e vir. **“O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir - menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões”** (RETOMAR, 2013, p. A2). Apesar da justificativa numérica, a primeira parte do enunciado sobrepõe um direito ao outro, dando prioridade

ao de ir a vir. Ambos direitos estão dispostos na constituição brasileira, tidos como direitos constitucionais e a oposição por si, traz uma contradição, já que ambos direitos são vistos como sinais de manifestações de liberdade. Conforme já citado em capítulo anterior, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, constituída no contexto da burguesia francesa em enfrentamento ao feudalismo, foi a base para o desenvolvimento dos regimes democráticos ocidentais, não por acaso é nesse documento que ambos direitos aparecem como direitos fundamentais para a garantia da liberdade dos cidadãos, liberdade de se locomover e liberdade de expressar suas opiniões, direitos antes cerceados.

Podemos atrelar o discurso que o editorial realiza com a discussão que opõe os termos liberdade e segurança, sendo a segurança ligada ao direito de ir e vir e a liberdade da livre manifestação e associação, debate esse que está longe de se tornar um consenso. Devo ter liberdade para me manifestar, ou segurança ao meu ir e vir?

A vida em comunidade, em nosso caso a comunidade do Estado-Nação, ao mesmo tempo em que nos oferece segurança, cerceia certa liberdade, já que as regras que são determinadas pelo corpo social devem ser seguidas. Os dois direitos tratados pelo editorial se encontram nesse limbo de disputa, não necessariamente um se opõe sobre o outro. Bauman (2003) deixa claro como esses valores permanecem em disputa “A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito. De qualquer modo, nenhuma receita foi inventada até hoje para esse ajuste” (BAUMAN, 2003, p. 10). Se como afirma o autor polonês, nenhuma receita foi inventada, colocar um direito sobre o outro, também se mostra um posicionamento institucional, que coloca a frente o direito de livre locomoção, ao de manifestações públicas. Discurso que em certa medida entra em contradição com o da liberdade de imprensa, direito à livre manifestação de ideias, frequentemente utilizado pela imprensa para justificar sua atividade, ou denunciar quando considera sofrer abusos.

Partindo de uma postura ligada ao viés simbólico da Avenida Paulista, o editorial segue mostrando o que considera os danos que o terceiro ato causou a cidade, trazendo para o centro da discussão a questão econômica do fenômeno, destacando que o aumento das passagens se dava abaixo da inflação.

Porém, é mais adiante no texto que outra marca é deixada no texto, o que nos leva ao nosso segundo procedimento, o da análise dos momentos em que os jornais se

manifestam explicitamente sobre algum assunto, criando então uma imagem sobre dada situação ou personagem que compõe a cena enunciativa. Ao se referir ao Movimento Passe Livre, o argumento utilizado pelo jornal se transforma, os dados quantitativos, dão lugar a adjetivos que acabam por não reconhecer o MPL como movimento social, organização, ou até mesmo um grupo de pessoas que tinham suas reivindicações específicas:

São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. Pior que isso, só o declarado objetivo central do **grupelho**: transporte público de graça. **O irrealismo da bandeira** já trai a **intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos** e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus? **Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes** justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação (RETOMAR, 2013, A2 - grifo nosso)

A irracionalidade é a qualidade escolhida para descrever o grupo de manifestantes, as imagens de uma ideologia pseudorrevolucionária, frente verdadeiros revolucionários, assim como o irrealismo, frente ao realismo e a menção a uma suposta falta de inteligência dos manifestantes, buscam levar o discurso do grupo, nesse primeiro momento, para o espaço da completa dissociação com o que é vivido, tratando a visão do MPL como que uma alucinação, ou devaneio. Se analisadas conjuntamente, tanto as imagens de violência, quanto as alusões a irracionalidade, são, portanto, utilizadas com a intenção de desmoralizar o MPL e seu discurso frente o público leitor.

O argumento da irracionalidade corrobora com a construção do posicionamento seguinte apresentado no editorial: o veto às manifestações por parte da Prefeitura e a Polícia Militar. O veto é justificado no texto, pelo fato de haver sete hospitais na região, ou por conta do horário ou número previsto de manifestantes. Neste momento a sacralidade do direito à manifestação não é visto nem ao menos como segunda opção, como antes realizado frente aos direitos individuais de ir e vir, mas é deixado completamente de lado, já que frente a esse direito o jornal sugere uma rigorosa ação do Estado para conter as manifestações, quando consideradas prejudiciais, deslocando-as:

Não basta, porém, exigir que organizadores informem à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), **30 dias antes, o local da manifestação. A depender de horário e número previsto de participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras** e indicar **locais alternativos** (RETOMAR, 2013, A2 - grifo nosso)

A utilização da perturbação como critério para o veto é outro fator que chama atenção, a ideia de um desvio do funcionamento normal de um sistema coeso e a indicação de locais alternativos exclui as ideias de que a cidade de São Paulo faz parte de um todo desigual, novamente, seja nas questões sociais ou com relação à mobilidade urbana. Não compreende, portanto, a manifestação como uma reação a situação vivida cotidianamente na própria cidade, para além da região da Avenida Paulista. A indicação de locais alternativos para a realização de manifestações também marca uma posição da publicação. Quais seriam os locais alternativos? Podemos apenas supor, já que se trata de um valor, a ser atribuído conforme o indivíduo ou instituição responsável pela avaliação. De acordo, com o editorial, seriam esses lugares àqueles nos quais as manifestações não fossem perturbadoras.

No desfecho do editorial é realizado o último posicionamento da publicação, esse com relação ao vandalismo, tratando-o como um crime e que deve ser combatido por meio da lei:

No que toca ao **vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei.** Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. **Como em toda forma de criminalidade,** aqui também **a impunidade é o maior incentivo à reincidência** (RETOMAR, 2013, p. A2 - grifo nosso).

Novamente o editorial demonstra apresenta uma visão que aparta a situação da criminalidade de um processo social complexo, colocando como única opção o combate das atitudes, sejam de vandalismo, ou de qualquer “forma de criminalidade”. Ao assumir e propor um combate, o jornal acaba por dividir a sociedade, ao menos, em duas categorias, a dos combatentes e dos próprios infratores, apresentando-os como inimigos. O combate é apresentado como modo de erradicação da prática criminosa, por meio da aplicação de uma lei efetiva. Não interessa quais são os porquês, as formas, ou as diversas realidades que manifestantes alçados a categoria de criminosos, ou propriamente pessoas que cometeram crimes, passam em seu cotidiano, ou o contexto da prática tida como criminosa, ou de fato o crime cometido.

Antes de debater a criminalidade em si vale assinalar que o editorial não realiza nenhuma menção, diferenciação, ou problematização entre as ações de vandalismo e o ato da manifestação. Não diferenciando, portanto, as demandas do MPL ao ato irracional de quebrar a propriedades públicas ou privadas.

Diversos estudos nacionais e internacionais destacam a relação entre criminalidade e violência, às condições precárias de vida a qual as pessoas se encontram, ou a desigualdade social, que acaba por trazer oportunidades desiguais para os indivíduos que nascem em uma mesma localidade. Em estudo que busca determinar a relação entre a desigualdade social e a criminalidade, os economistas João Paulo de Resende e Mônica Viegas Andrade, demonstram que existem relações variadas entre tipos de crimes e a desigualdade social, sendo que a desigualdade influencia diretamente em crimes contra a propriedade e homicídios, concluem ainda que uma das opções para o enfrentamento do problema da criminalidade seria encarar a questão da desigualdade não apenas como uma questão moral:

Os resultados dos testes realizados neste trabalho parecem delinear um padrão de atuação da variável desigualdade de renda sobre os indicadores de criminalidade. Para os crimes contra a propriedade, aqui medidos por furtos e roubos de carros e cargas, os modelos empíricos apresentam melhor ajuste e revelam estimadores significativos e robustos, indicando a desigualdade de renda como um dos principais responsáveis pela dinâmica das infrações nos municípios com população superior a cem mil habitantes. Por outro lado, em se tratando de crimes contra a vida ou contra a pessoa, a desigualdade aparenta desempenhar um papel ambíguo, revelando-se influente nos casos de homicídios, mas não em outros crimes como estupro, lesão corporal e tentativa de homicídio. Uma explicação plausível para esse resultado seria a correlação entre os crimes contra a propriedade e os homicídios, ou seja, a possibilidade de que grande parte das mortes intencionais seja consequência de crimes contra a propriedade.(...) [Os resultados da pesquisa] reforçam a tese de que a desigualdade de renda, por induzir um aumento da criminalidade, deve deixar de ser encarada apenas como um problema de natureza moral, à medida que também gera perdas reais e potencialmente mensuráveis de bem-estar social. (RESENDE; ANDRADE, 2011, p. 190-191)

Portanto, levando em consideração os argumentos dos economistas e utilizando-os como apoio a nossa argumentação, podemos concluir que a posição demarcada no editorial da Folha de S.Paulo, tem relação mais com questões de natureza moral, já que de fato a desigualdade de renda induz o aumento da criminalidade, ao invés da impunidade como necessariamente sugere o editorial.

A irracionalidade, assim como a necessidade da aplicação da força e da lei aos manifestantes, apresenta uma cenografia de criminalização dos atos que até então vinham acontecendo na capital paulista, fazendo com que o olhar do leitor volte-se não aos problemas sociais que envolvem o espaço urbano paulista, mas sim a “perturbação” que alguns “jovens pseudorrevolucionários” desejam fazer em um ambiente de aparente funcionamento, a “artéria vital” da cidade. Por meio dessa argumentação, o editorial

retira da cena todas as marcas históricas e a ideia de que tais situações fazem parte de um contexto, no qual, a desigualdade pode ser um dos espessantes. É possível, inclusive, que esteja na desigualdade a resposta para colocada no próprio editorial “O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus?” (RETOMAR, 2013, p. A2)

Passando a nosso último procedimento analítico, é perceptível o tom autoritário utilizado neste editorial da Folha de S.Paulo. Apesar da utilização de alguns argumentos na abertura do texto, a forma como as possíveis intervenções são apresentadas, assim como o Movimento Passe Livre é colocado, demonstram grande intolerância, sendo possível identificar uma posição que se assemelha a uma falta de paciência com o assunto, não abrindo espaço para o aprofundamento e a própria discussão do tema, posições típicas do autoritarismo.

O segundo editorial analisado em nossa pesquisa é o “**Vitória das ruas**” (ANEXO V), publicado em 20 de junho de 2013, quando o aumento das passagens já havia sido revogado, e as manifestações atingirem números tidos como expressivos, longe do núcleo duro do MPL.

Ao contrário do editorial anterior, o “Vitória nas ruas”, ao invés de um tom autoritário, adota um tom explicativo, buscando oferecer uma leitura sobre os desdobramentos das manifestações após a revogação do aumento nas passagens de ônibus e metrô em São Paulo. Começamos pela definição do tom adotado, pois, ele é justamente o resultado da forma como a Folha de S.Paulo resolve apresentar o texto e sua problematização, alterando a maneira como se posiciona. É possível encontrarmos apenas um posicionamento institucional, no último parágrafo do texto. “É mais fácil para **metrópoles**, como São Paulo e Rio, do que tirar do atraso a política nacional” (VITÓRIA, 2013, p. A2). A menção às metrópoles pode ser assimilada com a ideia de poder econômico, cultural e simbólico que ambas cidades ocupam no contexto nacional. São Paulo e Rio de Janeiro ocupam o primeiro e segundo lugar respectivamente no número de habitantes e também no Produto Interno Bruto (PIB), nos chama atenção. Porém, a escolha do próprio conceito de metrópole, conceito esse que carrega consigo uma relação intrínseca com a dominação econômica e cultural, como aponta Bárbara Freitag:

O termo “metrópole” denota uma cidade histórica, de tradição centenária. Especialmente as metrópoles europeias transformaram-se no final do século XIX e começo do século XX em capitais de nações desenvolvidas, centros da

industrialização moderna e arquivos da cultura mundial, que passaram a determinar os estilos de vida dentro e fora da Europa. Um exame do mapa mundial revela que a maioria das metrópoles encontra-se no hemisfério norte. Elas foram e continuam sendo os pontos de irradiação da modernidade (FREITAG, 1998, p. 146).

Apesar dessa marca histórica, o jornal busca de filiar a imagem da imparcialidade jornalística nesse editorial, para assim garantir certa credibilidade frente seus leitores, a falta dos estereótipos demonstra isso.

Justamente por conta do tom adotado nesse editorial são os posicionamentos explícitos da Folha de S.Paulo que dizem mais sobre seu discurso, pois são procuradas posições amenas para o tema tratado, assim como para os atores envolvidos. A primeira imagem que o editorial nos oferece é a de “(...) uma vitória indiscutível do Movimento Passe Livre” (VITÓRIA, 2013, p. A2), demonstrando a importância do MPL nas manifestações e reconhecendo-o como um movimento social, essa imagem associada ao título “Vitória das ruas”, coloca o MPL como um representante das reivindicações das demandas apresentadas nas ruas. O argumento para esse posicionamento se coloca na imagem seguinte na qual, o jornal ao buscar compreender a razão dos políticos cederem às manifestações, alega-se: “Menos mal que tenham demonstrado realismo. O movimento adquiriu tamanha repercussão no tecido social que **ceder já se tornava imperativo de bom-senso.**” (VITÓRIA, 2013, p. A2).

Comparando com o editorial anterior, é nítido que o veículo se encontra na mesma situação que os políticos citados, porém, escolhe retirar-se da cenografia apresentada no editorial, colocando no centro das atenções os políticos que se arrependem e recuaram devido à adesão popular ao movimento, a fim de negar sua própria posição anterior: a da criminalização do movimento.

Nos demais momentos, os políticos são apresentados como estando encurralados pela pressão popular, Fernando Haddad e Geraldo Alckmin, assim como Dilma Rousseff, são citados por diversos motivos, porém, estando em uma mesma situação “PT e PSDB se veem lado a lado, como faces da mesma moeda, diante de uma sensação de inconformismo geral” (VITÓRIA, 2013, p. A2). Aqui um ponto curioso, apesar de o editorial desejar apresentar os partidos como estando em uma mesma situação, lado a lado, a metáfora ligando-os as faces de uma moeda não condiz com o enunciado, já que as faces de uma moeda sempre estão em lados opostos e não lado a lado, ou seja, mesmo estando em uma mesma situação de dificuldade, a oposição entre os partidos permanece.

Novamente a Folha de S. Paulo não se preocupa com a profundidade e contextualização do fato, não faz parte de sua argumentação as questões sociais que envolvem as manifestações e as posições políticas, apenas citam a necessidade de se verificar quais verbas deverão ser alteradas para que a revogação dos aumentos fosse coberta pelo orçamento público.

A mudança no tom apresentado em cada um dos editoriais demonstra a flexibilidade que o discurso da empresa jornalística pode adquirir frente a assuntos que julga estratégicos para seus interesses, enquanto as manifestações tinham menor número de participantes, criminaliza-se de maneira autoritária movimento e manifestantes, após o aumento na participação, assim como o ataque sofrido aos jornalistas por parte da Polícia Militar de São Paulo, o tom se demonstra mais analítico e explicativo, não deixando tão claras as posições do veículo, ponderando a situação que cada ator social enfrenta perante a situação de instabilidade.

Podemos fazer duas leituras complementares sobre o não dito em ambos editoriais, primeiro, em comparação podemos afirmar que a Folha de S.Paulo deseja não demonstrar sua rejeição de criminalização inicial as manifestações, já que entre o primeiro e o segundo editorial existe um silêncio sobre a forma como o veículo enxergava o MPL, “um grupelho”, para um tratamento respeitoso de “movimento que adquiriu tamanha repercussão no tecido social”; um MPL que possuía pautas que beiravam a irracionalidade, para num segundo momento a racionalidade estar justamente na não aceitação dos políticos a revogação do aumento das passagens. Esses silêncios acabam por evidenciar as posições tomadas pelo veículo durante o período.

A outra leitura sobre o silêncio está no fato de as análises realizadas pelo jornal não levarem em consideração que as situações vivenciadas estarem dentro de um contexto social complexo. Apresentam as situações em episódios isolados, sem necessariamente articular os porquês desta ou daquela situação estar ocorrendo desta ou daquela forma.

As manifestações, assim como a pressão aos políticos, podem ser enxergadas como as pontas dos icebergs da desigualdade social e da falta de representação política, do descontentamento com a falta de investimento do Estado em políticas públicas, ou da defasagem do sistema eleitoral. A análise parcial e capitular dos fatos acaba por oferecer diferentes quadros, que ao invés de tornar os acontecimentos mais compreensíveis ao público, pode trazer uma visão fragmentada e parcial dos

acontecimentos narrados, podendo desfigura-lo, já que destacado de seu contexto social apresenta outros tons e cores.

Resumidamente, se formos responder as respectivas perguntas a que nos propomos em nossos procedimentos de análise teríamos os seguintes quadros para cada editorial:

Tabela 3 – Elementos discursivos do editorial “Retomar a Paulista”

Editorial 1: “Retomar a Paulista”	
Estereótipos: Institucionalmente essa fala está ligada a qual posicionamento histórico, de acordo com qual matriz de pensamento?	Aquela do direito atrelado ao poder capital e econômico e da liberdade individual frente os direitos coletivos.
Posicionamentos: Esse posicionamento busca qual imagem frente o leitor?	A criminalização do Movimento Passe Livre, utilizando como argumento o artifício da falta de racionalidade dos manifestantes.
Tom: O tom adotado dá qual qualidade ao tema tratado e seus atores?	O tom autoritário busca repassar a necessidade de urgência à ação frente os manifestantes, tidos como criminosos.

Fonte: Elaboração próprio autor

Tabela 4 – Elementos discursivos do editorial “Vitória das ruas”

Editorial 2: “Vitória das ruas”	
Estereótipos: Institucionalmente essa fala está ligada a qual posicionamento histórico, de acordo com qual matriz de pensamento?	A da imparcialidade jornalística.
Posicionamentos: Esse posicionamento busca qual imagem frente o leitor?	A da negação de sua posição inicial que tinha como objetivo a condenação do MPL, transferindo a responsabilidade de não percepção das proporções das manifestações aos políticos envolvidos.

Tom: O tom adotado dá qual qualidade ao tema tratado e seus atores?	Explicativa e analítica, buscando distância do tema tratado e de seus atores.
--	---

Fonte: Elaboração do próprio autor

3. O discurso no Valor Econômico

Diferente da Folha de S.Paulo, o jornal Valor Econômico, dedicou suas atenções às manifestações de junho em seus editoriais apenas após o Sexto Ato contra o aumento das passagens, quando da repressão policial ter sido amplamente divulgada pela imprensa, assim como a agressão aos jornalistas. Um momento no qual a opinião pública já se apresentava mais favorável aos manifestantes e as pautas do Movimento Passe Livre.

O primeiro editorial escrito pelo veículo sobre o tema foi as “Difusas insatisfações **tomam as ruas do país**” (ANEXO XX), publicado em 19 de junho de 2013. Retomando Maingueneau (2004), a primeira constatação que podemos notar é sobre o discurso direto e indireto e os diferentes tipos de veículos de comunicação, enquanto a Folha de S.Paulo, de fato, utiliza-se de um discurso mais direto fazendo-se mais presente enquanto figura enunciativa, os editoriais do Valor Econômico acabam por ter um discurso indireto, ocultando a imagem do veículo e seus enunciadoreis.

A primeira figura que aparece no editorial como marca institucional, por coincidência, é a da metáfora sociedade como um corpo e sua suposta vitalidade. A compreensão da sociedade como um todo coerente, está ligado à visão positivista do início das ciências sociais, com o pensamento do sociólogo Emile Durkheim. As imagens da coesão social, assim como da anomia social, fazem referências diretas a essa vitalidade social. Durkheim defendia que a sociedade funcionava prioritariamente por meio da coesão de seus membros, sendo frequente em toda obra do autor a associação dela com os órgãos do corpo humano, no qual, cada um desempenha um papel com o intuito do bem funcionar de um todo coeso, o corpo humano. No trecho “(...) *péssimos serviços oferecidos pelas três esferas de governo em outras áreas vitais para o bem-*

estar dos cidadãos - saúde, educação, e segurança, por exemplo.” (DIFUSAS, 2013, p. A14), essa figura da sociedade funcional, se destaca, reforçando implicitamente o paradigma positivista.

É interessante notar que, ao menos, outras duas situações podem ser interpretadas como sendo referências a conceitos científicos. No primeiro caso, temos a citação das afinidades eletivas, conceito da Química, presente no pensamento de Max Weber, assim como no famoso romance de Goethe. No excerto em referência, o Valor Econômico relaciona o Partido dos Trabalhadores e seus seguidores, por meio de uma afinidade eletiva:

O PT, o único partido de massas do país, fica mal na história após o 17 de junho. Ainda que não tenha sido diretamente rechaçado, a rapidez com que se metamorfoseou em um partido como os outros, interessado no poder e suas benesses, e a facilidade com que jogou fora sua ideologia para formar bases de apoio governistas com o que de pior há na política brasileira, fizeram com que fosse olhado com desconfiança **por alguns movimentos sociais que antes tinham com ele afinidades eletivas** (DIFUSAS, 2013, p. A14)

Para Weber, as afinidades eletivas dizem respeito à forma como no contexto histórico, a ética protestante e o capitalismo se fundem e entrelaçam seu desenvolvimento (WEBER, 2004). Na química, a ideia de afinidade eletiva, corresponde ao movimento de atração de dois elementos que se unem, para assim formar um terceiro, e por fim, no romance de Goethe, intitulado “As afinidades eletivas”, um casal se apaixona por outros dois personagens ao mesmo tempo, demonstrando, portanto, a ideia da atração entre diferentes.

O segundo momento no qual um indicativo de conceito científico é apresentado é aquele que se refere a terceira via, movimento político de centro ligado, inicialmente ao pensamento de Anthony Giddens, sociólogo britânico que buscou no final da década de 1990 uma solução política entre o neoliberalismo e socialismo posições teóricas que haviam sido colocadas em contraste acentuado nas décadas anteriores.

A forma como a terceira via é apresentada no editorial, aparentemente aponta uma desvantagem ao posicionamento tido como mais centralizado, pois, aborda a questão da necessidade da intersecção entre novos líderes e a forma tradicional de se fazer política, na qual, um alinhamento frente às demandas propagadas nas redes sociais, por novos líderes alinhados a tradicional política, é tido como positivo; sua rejeição é considerada negativamente, pois traria uma pressão contínua dos movimentos sociais

nas ruas; e, por fim, a terceira via é apresentada como apatia, já que é representada pela falta de continuidade da pressão popular e a não mudança das situações anteriormente abordadas.

Mesmo que haja muito deslumbramento com o poder das redes sociais, a **política continua sendo uma velha senhora rabugenta**. Ou surgem novos **líderes que aceitem conviver com ela**, ou os movimentos exercerão pressão de fora, com mobilizações pontuais e pressão permanente das ruas - uma novidade por aqui. **A terceira via possível é o desânimo**. (DIFUSAS, 2013, p. A14)

Porém, o alinhamento entre o novo e o tradicional é justamente o posicionamento institucional do discurso moderador da terceira via. Se observado com atenção, o editorial propõe não uma renovação política, mas sim uma adequação dos novos agentes e líderes a tradicional política. Apesar de não ser objeto de nossa pesquisa, não podemos deixar de citar o machismo presente na comparação entre a política e uma “senhora rabugenta”.

Em dois momentos o veículo adota um posicionamento institucional ligado ao discurso liberal: “(...) *governo paulista, a quem cabe a responsabilidade pela agressão a um direito democrático.*” e “(...) *a adesão ao movimento cresceu exponencialmente porque uma outra questão, mais importante que o preço da passagem de ônibus, estava em jogo - a da liberdade de reunião e manifestação.*” (DIFUSAS, 2013, p. A14). Ambos excertos têm como base os ideais liberais do final do século XVIII e os limites que o Estado deve ter frente aos direitos de seus cidadãos. A posição que o veículo assume tem, de fato, relação com uma imagem mais democrática, já que esses direitos foram estabelecidos, durante a Revolução Francesa, frente ao feudalismo, regime no qual os direitos coletivos e individuais eram cerceados por um soberano.

Na cenografia apresentada, o editorial coloca os jovens de maneira geral como combatentes a um governo ineficiente, fazendo alusões a capacidade de renovação e transformação que esses atores sociais carregam desde Maio de 1968, dando um caráter excepcionalmente democrático aos protestos. As cenas de violência são minimizadas, sendo citadas duas vezes, uma como um apêndice sintomático, do MPL, caracterizado como uma minoria que não consegue lidar com sua própria violência:

Embora este ano houvesse mais pessoas nos primeiros atos contra o aumento das passagens, o movimento não tinha ultrapassado ainda o estágio de uma minoria barulhenta, incapaz de controlar, como é frequente, a **violência de setores que o apoiam** (DIFUSAS, 2013, p. A14).

Na segunda figura, é a brutalidade policial que acaba por ilustrar a violência nas manifestações “(...) uma passeata inicialmente pacífica no dia 13 de junho foi **dissolvida com requintes de crueldade e selvageria** pela polícia do governo paulista” (DIFUSAS, 2013, p. A14) Essas figuras, porém, não são as que se destacam na cenografia de maneira geral, há inclusive uma transformação da imagem do Movimento Passe Livre, já que no dia 13 de junho, ainda faziam parte do ato, majoritariamente, integrantes ligados ao movimento que veio ganhar fôlego frente à sociedade, justamente após a repressão policial, como o próprio jornal evidencia.

O que configura o centro da cenografia do editorial foi a necessidade política de lidar com a situação. Sem utilizar a figura pessoal de políticos, mas sim das posições ocupadas, o editorial acaba por apresentar cidadãos insatisfeitos contra um Estado ineficaz, gerido por políticos ineficientes. Por fim, a figura do PT é evidenciada, pois, as reivindicações nas ruas são vistas como uma derrota para o partido formado a partir das greves no ABC Paulista, em 1970.

Para apresentar os elementos, o editorial adota um tom ponderado, as referências que podem ser interpretadas como científicas, ou literárias, assim como a posição política de centro, reforçam esse tom. A cena englobante, que envolve nosso gênero, permite que alguns temas e assuntos, sejam apresentados de maneira menos pretensiosa, como é o caso da “minoria barulhenta”, porém, o desejo de contextualização dos agentes e da situação de maneira geral, faz com o tom ponderado se destaque frente aos demais.

O segundo editorial “**Protestos exigem definição da presidente da República**” (ANEXO XXI), foi publicado no dia 24 de junho de 2013, após a revogação das tarifas nas principais capitais, além do pronunciamento oficial da então presidente Dilma Rousseff para atender as demandas das ruas.

Novamente, é possível verificarmos uma alusão à cidade de São Paulo, porém, demarcando um posicionamento diferente do apresentado na Folha de S. Paulo, ao invés da cidade ser reconhecida como uma metrópole, o Valor Econômico a cita como uma megalópole. Retornando ao pensamento de Freitag (1998), é nítida a distinta concepção entre uma e outra. As megalópoles, segundo a autora, se caracterizam menos pela

influência cultural e mais por sua densidade populacional a partir de um crescimento vertiginoso das populações durante as décadas de 70, 80 e 90; possuem populações que oscilam acima dos 10 milhões de habitantes; imigração mais ou menos controlada para um único território, assim como a convergência de povos de diversas origens; é formada por subculturas; a maioria delas localizadas no hemisfério sul do planeta; e por fim, apresentam diversas diferenciações sociais por conta das condições desiguais de vida (FREITAG, 1998, p. 143-144). Essa marca demonstra um nítido posicionamento da forma como o Valor Econômico enxerga a cidade de São Paulo, longe dos moldes culturais das metrópoles europeias. Serve-nos de rico exemplo também, pois, contrastada com a forma como a Folha de S.Paulo se posiciona, torna mais evidentes ambos os estereótipos.

Outro posicionamento institucional realizado no editorial diz respeito a questão econômica, argumento utilizado como diferencial na construção do veículo como um jornal segmentado, voltado às questões econômicas e de mercado. Nos seguintes trechos, os assuntos econômicos tomam frente aos problemas sociais:

A dura realidade é que **a soma das reivindicações dos manifestantes não cabe no Orçamento da União**. O atendimento imediato mesmo das demandas mais urgentes **esbarra em um dos pilares nos quais se assenta a estabilidade econômica, o superávit primário das contas públicas** (PROTESTOS, 2013, p. A10).

E

Os investidores, por exemplo, perderam R\$ 130 bilhões nas aplicações em títulos públicos, nos últimos dias, diante das incertezas sobre juros e câmbio. E não são apenas os milionários. Qualquer pessoa que aplicou em títulos do Tesouro Direto vê sua poupança derreter (PROTESTOS, 2013, p. A10).

Logo, os estereótipos que fazem parte dessa cena enunciativa dizem respeito, mais ao teor econômico do que as causas sociais que geraram a situação mostram que antes de tudo o argumento do Valor Econômico está baseado justamente no bom funcionamento da economia de mercado, o que não se configura como novidade, já que possuímos conhecimento prévio do ponto de partida do veículo de comunicação, que é justamente ligado aos interesses dos investidores e para mantê-los informados.

Porém, a cenografia apresentada tem como figura central a então presidente Dilma Rousseff do que com as manifestações em si, como o título sugere. Buscam demonstrar a necessidade de uma figura combativa para as resoluções dos problemas

apresentados durante as manifestações e acabam por eleger a presidente com tal perfil, vide a finalização do editorial que evidencia “*Se há alguém com condições de restaurar a confiança abalada, esse alguém é a presidente da República*”. (PROTESTOS, 2013, p. A10).

Antes disso, são tecidas críticas e elogios à forma como Dilma se posicionou frente às manifestações, as críticas referenciadas mais as propostas para as resoluções dos problemas e os elogios ligados à firmeza ao combate dos atos de violência e vandalismo, presente em algumas manifestações que o editorial apresenta como “majoritariamente pacíficas”.

O tom adotado nesse editorial é de caráter avaliativo, relativamente mais incisivo que o realizado no primeiro editorial, essa característica se dá pela análise que realiza do cenário e da posição da então presidente frente às exigências levantadas durante as manifestações, ao mesmo tempo em que lhe cobra ações efetivas frente às instabilidades econômicas.

O posicionamento do Valor Econômico, nos dois editoriais, mantém certa lógica de análise dos danos políticos e a forma como esses acontecimentos influenciam economicamente a sociedade, as posições de seus editoriais refletem sua declarada posição liberal que prioriza os valores do livre mercado. Revelam também uma preocupação maior com a análise dos fatos, porém, assim como a Folha de S.Paulo, passa ao largo da profundidade dos problemas sociais, apenas responsabilizando o Estado como um órgão ineficiente e, portanto, causa de todos os problemas sociais expostos nas ruas. Ignora, por exemplo, as manifestações de repúdio ao sistema capitalista, simbolizados pela depredação de agências bancárias e outros símbolos do capitalismo e do sistema financeiro. O silêncio também se faz presente na questão da necessidade, ou não, dos aumentos das passagens de ônibus sobre os impostos e os aportes - à época milionários - realizados pelas prefeituras em empresas privadas de ônibus, responsáveis pelo transporte urbano. Por fim, o não dito também se apresenta frente a principal demanda do Movimento Passe Livre, um sistema de transporte gratuito, demonstrando que essa possibilidade não é nem ao menos cogitada como tópico de discussão. Resumidamente, portanto, temos os quadros:

Tabela 5 – Elementos discursivos do editorial “Difusas insatisfações...”.

Editorial 3: Difusas insatisfações tomam as ruas do país	
Estereótipos: Institucionalmente essa fala está ligada a qual posicionamento histórico, de acordo com qual matriz de pensamento?	Do liberalismo econômico e dos direitos individuais e coletivos frente ao Estado; da visão positivista.
Posicionamentos: Esse posicionamento busca qual imagem frente ao leitor?	A do direito à manifestação, exaltando a figura do jovem; a da necessidade de o Estado prover condições dignas a seus cidadãos.
Tom: O tom adotado dá qual qualidade ao tema tratado e seus atores?	O tom ponderado, busca oferecer uma reflexão do assunto, unindo prós e contras da situação de maneira analítica.

Fonte: Elaboração próprio autor (2018)

Tabela 6 – Elementos discursivos do editorial “Protestos exigem...”.

Editorial 4: Protestos exigem definição da presidente da República	
Estereótipos: Institucionalmente essa fala está ligada a qual posicionamento histórico, de acordo com qual matriz de pensamento?	Do liberalismo econômico e dos direitos individuais e coletivos frente ao Estado; da visão positivista.
Posicionamentos: Esse posicionamento busca qual imagem frente ao leitor?	A da responsabilidade da figura presidencial frente problemas sociais, e, sobretudo, da estabilidade econômica.
Tom: O tom adotado dá qual qualidade ao tema tratado e seus atores?	A de caráter avaliativo, diferenciando-se do ponderado pelo fato de haver uma maior cobrança frente aos interesses econômicos privados.

Fonte: Elaboração próprio autor (2018)

Considerações Finais

As Manifestações de Junho de 2013 se distinguem por suas particularidades, em um momento de aparente calma centenas de milhares de pessoas tomam as ruas de diversas cidades do país para protestar, um protesto para além das questões materiais,

algo que dizia mais sobre a forma como as vidas dessas pessoas estavam sendo conduzidas por seus representantes eleitos, do que o aumento dos 20 centavos.

Assim também se distingue a atividade jornalística, um processo de cunho social, que envolve o interesse público, mas muitas vezes gerenciado por uma empresa privada, que traz consigo uma figura: o jornalista, que apesar de ser um empregado dessa mesma empresa privada, faz de sua razão de ser profissional não seus interesses particulares, mas sim o público. Uma capa de jornal, notícia, reportagem - qualquer que seja nosso ato de enunciação - traz essa contradição, quase que inerente da atividade jornalística, por isso, nos fez atentar para um momento do processo jornalístico que muitas vezes passa despercebido: a figura do enunciador no campo jornalístico.

Seria a empresa um ente que envia de cima para baixo uma ordem cumprida por seus obedientes funcionários, que com receio de perder seus empregos a cumpre cegamente? Ou seria o jornalista, esse mesmo funcionário, dono de si e capaz de por meio de imposições, argumentos ou artimanhas, colocar sua concepção de interesse público nas matérias que escreve, sem levar em consideração a estrutura a qual está relacionado?

Nossa resposta para ambas às questões seria negativa. E por isso a figura do enunciador se mostra essencial para compreendermos a resposta. Quando o jornalista escreve, está ligado a empresa que o mantém, assim como a empresa que decide fazer jornalismo mantém ligações intrínsecas com o interesse público e a figura do jornalista. Essas duas figuras se juntam, em uma sociação, de acordo com Simmel a única forma de haver sociedade, e realizam um ato conjunto de enunciação. Essa sociação significa que houve, em dado momento, o estabelecimento de um laço social, sem que esse laço necessariamente signifique coesão e harmonia, afinal, há sociedade no conflito e na disputa, assim como há nas amizades e amores.

Essa sociação, tenha ela a forma que for, a de um conflito, a de uma cooperação, de uma subordinação, ou até mesmo da harmonia, é o que encontramos cotidianamente nos conteúdos noticiosos, em jornais, televisões, rádios, na internet e em diversas outras plataformas de distribuição. E essa sociação é identificável por meio de como é apresentada, as características que toma na própria corporação de seu discurso, na formação de seu ethos discursivo composto.

A formulação desse conceito nos é crucial, pois, é por meio dele que é possível identificar como essa sociação se apresenta ao mundo, ao montar cotidianamente um

jornal, expõem-se jornalistas e empresas jornalísticas. E o ethos discursivo composto é justamente a forma principal dessa sociação.

Em nosso estudo podemos identificar dois ethos discursivos compostos, em dada cena de enunciação, o que significa que esses ethos discursivo composto podem variar conforme o tempo, a situação a ser enunciada, os enunciadores, etc. Podemos concluir que durante as Manifestações de Junho de 2013, a Folha de S.Paulo apresentou um ethos discursivo composto volátil e o Valor Econômico um ethos discursivo composto instável, sendo que na primeira ficou evidenciada uma sociação de caráter cooperativo e no segundo um caráter conflitivo.

Na prática, significou que em junho de 2013, os jornalistas e a empresa Folha da Manhã tiveram mudanças súbitas de opinião com relação ao desenrolar das manifestações, apresentando nas páginas do jornal e em seus editoriais uma cooperação, ou seja, não apresentando grandes conflitos e contradições sobre a forma como os conteúdos deveriam ser tratados, alimentando-se um do outro para a tomada de decisão, tanto da composição das capas, quanto na produção dos editoriais.

Já no Valor Econômico, apesar da empresa jornalística e dos jornalistas manterem sua visão com relação à economia e a defesa do livre mercado, optaram por apresentar cenografias que conflitavam em seus editoriais e capas, repassando uma ideia de um ethos discursivo composto instável, ou seja, que variava seus posicionamentos conforme a situação que precisava ser noticiada.

Referências Bibliográficas

AB'SABER, T. **Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2011.

ALEXANDRE JR. M. Introdução In: ARISTÓTELES. **Retórica** 2 ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

AMOSSY, R (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008.

ANJ. Os maiores jornais do Brasil de circulação paga, por ano. 2015. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/majores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

ARISTÓTELES. **Retórica** 2 ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

-
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BENETTI, M.; GRADET, D. L. O ethos do repórter de TV da Rede Globo In: **Intexto: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. UFRGS**. n.39, p. 60-79, maio/ago. 2017.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, P. **Dicionário de análise do discurso**. 3.ed. São Paulo: Contexto. 3ª ed., 2016.
- CHEGOU a hora do basta. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2013. Opinião, p. A3.
- DOSSE, F. **História do estruturalismo: Volume 1 - O campo do signo 1945/1966**. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.
- EGGS, E. O ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008.
- ENTENDER as manifestações. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 15 jun. 2013. Opinião, p. A3.
- FACCIN, M. J.; FERREIRA, S. V. Jornalismo de roupa nova: considerações sobre a identidade e a prática profissional do Prêmio Imprensa Embratel In: **Brazilian Journalism Research: Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. SBPJor**. v. 9, n.2, p. 172-191, dez. 2013.
- FECHINE, Y. Performance dos apresentadores dos telejornais: a construção do éthos In: **Famecos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. PUC-RS**.n.36, p. 69-76, ago. 2008.
- FREITAG, B. O mito da megalópole na literatura brasileira. In: **Revista Tempo Brasileiro: Editora Tempo Brasileiro**. v.132, p. 143-158, jan/mar. 1998.
- FREITAS, E.C. de; FACIN, D. O enlaçamento enunciativo de um ritual carnalizado: cenografia e ethos discursivo em samba-enredo de Escola Carnavalesca do Meio-Oeste Catarinense In: **Linguagem em Discurso: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. UNISUL**. v.14, n.2, p. 337-354, maio/ago. 2014.
- GONZALEZ, J. A. (org). **Cibercultur@ e iniciación en la investigación**. Cidade do México: UNAM, 2007.
- GOMES, V. L. M. O jornalista enquanto herói: uma proposta para análise das representações do jornalismo no cinema In: **Estudos em Jornalismo e Mídia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. UFSC**. v.10, n.1, p. 85-102, jan./jun. 2013.

GOUVEIA, A. P. M. Reflexões sobre o fazer cinematográfico: a ética como bússola para uma nova cartografia do cinema mundial In: **Logos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. UERJ.** v.20, n.2, p. 100-110, ago./dez. 2013.

GUIMARÃES, T. F.; LOPES, L. P. da M. Entextualizações estratégicas: performances sensualizadas de raça em práticas discursivas na web 2.0 In: **Linguagem em Discurso: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. UNISUL.** v.16, n.2, p. 289-307, maio/ago. 2016.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, S. **A identidade na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola. 1992.

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. [et al]. **Cidades Rebeldes.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes. 2014.

HARVEY, D. et al. **Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas.** São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2012.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HOBSBAWM, E. **A era das revoluções: 1789-1848.** São Paulo: Paz e Terra, 1981.

INCÓGNITA NAS RUAS. **Folha de S.Paulo,** São Paulo, 19 jun. 2013. p. A2.

JUDENSNAIDER, E. et al. **Vinte centavos: a luta contra o aumento.** São Paulo: Veneta, 2013.

JUNHO O MÊS que abalou o Brasil. Produção de Fernanda Kalena [et.al.] Direção de João Wainer. São Paulo: TV Folha, 2013. Arquivo digital (72 min.).

KELH, M. R. Por uma cidade sem carros. In: **Seminário Internacional Cidades Rebeldes,** 2015. São Paulo: Boitempo. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=EYVdx-6Ouc&t=4899s>> Acesso em: 20 jan. 2017.

LEHER, R. Manifestações massivas no Brasil têm origem na esquerda. Disponível em:<http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8543:submanchete270613&catid=63:brasil-nas-ruas&Itemid=200> Acesso em 27 set. 2015.

LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural.** São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LIGUORI, G.; VOZA, P. (orgs). **Dicionário Gramsciano (1926-1937).** São Paulo:

Boitempo, 2017;

LIMA, V. Mídia, Rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, E. [et al]. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LINDEN, R. Técnicas de agrupamento. **Sistemas de Informação**: Revista da Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora, Visconde de Araújo, FSMA, n. 4, p.18-36, 2009.

LISBOA, S.; BENETTI, M. O jornalismo como crença verdadeira justificada. In: **Brazilian Journalism Research**: Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, Brasília, v. 11, n. 2, p.10-29, 2015.

LOPES, F. L. O papel da retórica na construção da identidade do jornalista In: **Comunicação & Sociedade**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. **UMESP**. v.33, n.56, p. 265-285, jul./dez. 2011.

MACHADO, M. B. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. In: **INTEXTO**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. **UFRGS**. v. 1, n.14, p. 1-11, jan./jun. 2006.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Análise de textos em comunicação**. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

MANCEBO, D.; VALE, A. A. de; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995 - 2010. In: **Revista Brasileira de Educação**: Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. v.20, n. 60, p.31-50, jan.-mar. 2015 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782015000100031&script=sci_arttext> Acesso em 27 set. 2015.

MARQUES, J.M.; ASSIS, F.de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. In: **Revista Intercom**: Revista da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. v.39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>> Acesso em 16 mai0 2018.

MARSHALL, L. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Sumus Editorial, 2003.

MOLINA, M.M. **História dos jornais no Brasil**: da era colonial à Regência (1500-1840) v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. [et al]. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

O PT ficou para trás. **Revista Carta Capital**, São Paulo, 21 de jun. 2013. Editorial. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/754/o-pt-ficou-para-tras-2204.html>>. Acesso em: 18 de abr. 2017.

PAVAN, B. “Antes tínhamos os sem-casa, agora estamos criando os sem-cidade”. **Brasil de Fato**, São Paulo, 29 jan. 2015. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/31184/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. In: **Palavra chave: Revista de Comunicación de la Universidad de La Sabana. ULS**, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008.

_____. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que o “o gigante acordou” (?). In: **Matrizes: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação**, São Paulo, USP, v. 7, n. 2, p. 73-93, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/matrizes/article/view/69407/0>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PINTO, J. M. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos**. 2ª ed.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

POMAR, M. Era por vinte centavos? In: JUDENSNAIDER, E. et al. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

PRIMO, A; TRÄSEL, M. Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias. In: **Contracampo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. UFF**. n. 14, p. 37-56, jan./jun. 2006.

RESENDE, J. P. de; ANDRADE, M. V. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. IN: **Estudos Econômicos: Revista do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. USP**. v.41, n.1, p. 173-195, jan./mar. 2011.

SANTOS, E. D. dos; FREITAS, E.C. de. A manifestação da cultura e identidade: cenografia e ethos em discursos de organizações financeiras In: **Comunicação & Sociedade**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. **UMESP**. v.37, n.2, p. 233-253, maio/ago. 2015

_____. Cultura e identidade: simulacros organizacionais e a apresentação de si nos discursos empresariais In: **Conexão**: Revista do Curso de Comunicação Social. **UCS**. v.16, n.31, p. 275-295, jan./jun. 2017.

SAHLINS, M. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 27 ed. São Paulo: Cultrix. 2006.

SCHWARCZ, L. Marshall Sahlins ou por uma antropologia estrutural e histórica. In **Cadernos de Campo**: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da Usp, São Paulo, n.9, p. 125-133, 2001.

SHIBAKI, V. V. **Avenida Paulista**: da formação à consolidação de um ícone da metrópole de São Paulo. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

SILVA, E.; ROSADO, L.; MELO, M. Um estudo do *ethos* discursivo em audiências de conciliação. In: **Linguagem em (Dis)curso**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. **UNISUL**. v. 12, n.1, p. 71-89, jan./abr. 2012.

SIMMEL, G. **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMÕES, P. G.; FRANÇA, V. Telenovelas, telespectadores e representações do amor In: **ECO-Pós**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. **UFRJ**. v.10, n.2, p. 48-69, jul./dez. 2007

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. In: **Novos Estudos**: Revista do Centro Brasileiro de Análise Planejamento, CEBRAP, São Paulo, n.97, p. 23-40, nov. 2013.

SODRÉ, M. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2012.

TAVARES, F. Entre a realidade jornalística e a realidade social: o jornalismo como forma de acesso ao cotidiano. In: **E-compós**: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Compós, Brasília, v. 15, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2012.

VANDENBERGHE, F. **As sociologias de Georg Simmel**. Edusc; Edufpa: Bauru, Belém. 2005.

VEJA PESQUISA completa do IBOPE sobre os manifestantes. **G1**, São Paulo, 24 de jun. 2013. Brasil. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 18 de abr. 2017.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.